**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA «$VARA$» «$FORO$» – COMARCA DA «$CIDADE$» - ESTADO DO «$ESTADO$»**

**PROCESSO Nº: «$NUMEROPROCESSO$»**

**AUTOR(A): «$AUTOR$»**

**RÉU: «$REU$»**

**«$REU$»,** já devidamente qualificada nos autos, por seus advogados *in fine*, constituídos nos termos da procuração constante dos autos, vem, tempestivamente, nos autos da ação proposta **«$AUTOR$»** em face desta Operadora, em razão da sentença de fls., proferida nos autos, opor os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**I|** PRELIMINARMENTE – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, deve-se demonstrar a tempestividade do ato, que está atrelada à observância do art. 231, inciso II c/c art. 219, parágrafo único, do CPC, prescreve que a contagem dos prazos processuais computar-se-á somente os dias úteis.

Nesse passo, considerando a publicação da sentença no dia 31/03/2022, iniciado o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do dia útil subsequente, encontrando seu termo final em 07/04/2022. Assim, patente a tempestividade do presente recurso.

**II|** DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Consoante preceitua o CPC, os Embargos de Declaração configuram espécie de recurso oponível a decisões judiciais quando houver **obscuridade** ou **contradição** ou quando for **omitido** ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Os presentes embargos encontram fundamento, portanto, no **art. 1.022, inciso II, do CPC/2015**, abaixo transcrito:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - **suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento**;

III - corrigir erro material.

(grifamos)

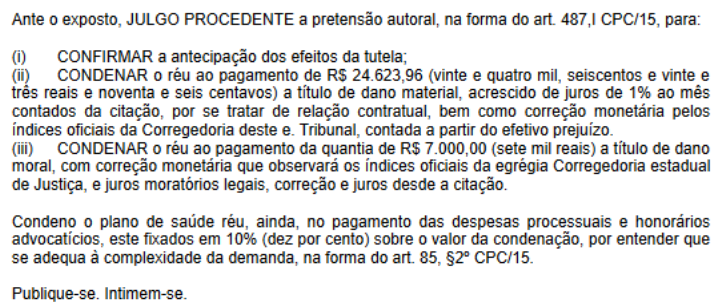
A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que, caso haja algumas das condutas descritas nos incisos do artigo supramencionado pelo órgão jurisdicional na apreciação de determinada questão já suscitada ou que é de ordem pública (passível de conhecimento *ex officio*), cabem Embargos de Declaração para corrigir o julgado e suprir tal vício (inciso II, do art. 1.022 do NCPC).

Como restará demonstrado no presente recurso, a decisão embargada contém sérias omissões que necessitam ser supridas.

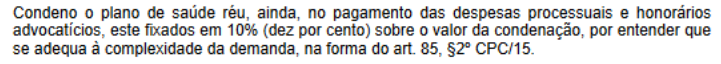
**Data vênia, a sentença embargada fixou o reembolso, sem especificar de que maneira o reembolso será realizado.**

**III|** **DA OMISSÃO – HONORÁRIOS SOBRE VALOR DA CONDENAÇÃO**

Vejamos teor da **Sentença** nos autos em questão:



Acontece, porém, , com toda *vênia,* a decisão prolatada por este juízo terminou por ser omissa, tendo em vista que condenou a Embargante ao pagamento dos honorários sucumbenciais da seguinte forma:



Todavia, quedou-se inerte no tocante ao valor a ser dispendido quanto aos honorários advocatícios,**sem especificar, portanto, o *quantum* o qual dever-se-ia corresponder ao *quantum* de DANOS MORAIS.**

Neste sentido já decidiram os tribunais pátrios. Senão vejamos:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ERRO MATERIAL - Acórdão que reformou sentença para excluir condenação à indenização por danos morais -* ***Ausência de condenação pecuniária - Honorários fixados com base na condenação - Erro material - Embargos de declaração acolhidos somente para corrigir erro material.*** *(****TJ-SP*** *- ED: 992060352379 SP, Relator: Sá Moreira de Oliveira, Data de Julgamento: 02/08/2010, 33ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/08/2010)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.* ***HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM BASE NO VALOR DA CONDENAÇÃO. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE PAGAR INEXISTENTE.*** *VALOR DA CAUSA TAMBÉM NÃO DECLINADO. CASO EM QUE OS HONORÁRIOS DEVEM SER FIXADOS EM VALOR FIXO, COM BASE NO ARTIGO 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EMBARGOS ACOLHIDOS. 1. O embargante alega a existência de omissão no julgamento do recurso inominado, aduzindo que ?houve a condenação do Banco Embargante em obrigação de fazer, qual seja: proceda à transferência de 59.770 pontos, pertencentes ao autor junto ao ?Programa Sempre Presente? do réu, para o programa de fidelidade da TAM no cadastro do autor (CPF 110.621.189-87), razão pela qual não há base para apurar o quantum da verba de sucumbência, ressaltando ainda que não foi atribuído valor a causa". 2. Com razão o embargante. 3.* ***No caso dos autos incorreu em erro o acórdão embargado ao vincular o pagamento dos honorários advocatícios ao valor da condenação, uma vez que não há condenação a prestação de pagar, como bem destacado pelo embargante.*** *4. Todavia, não se faz possível fixar os honorários advocatícios com base no valor da causa, eis que a reclamação foi intentada de próprio punho pelo reclamante ? sem assessoria de advogado ? e dela não constou declinado um valor da causa. 2 4. Desse modo, a fixação dos honorários advocatícios nesse caso deve obedecer ao art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil: ?§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.? 4. Sendo assim, os embargos de declaração devem ser acolhidos para que onde consta: "No que tange aos honorários advocatícios, condena-se a parte recorrente ao pagamento de 20% do valor da condenação", passe a constar: "Em se tratando de obrigação de fazer e consignando inexistir valor atribuído a causa, os honorários deverão ser arbitrados consoante apreciação equitativa do juiz, de acordo com o art. 20 § 4º do CPC, devendo o recorrente ser condenado ao pagamento de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de honorários advocatícios?. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E ACOLHER os embargos de declaração opostos, nos termos do voto da relator (****TJPR*** *- 2ª Turma Recursal - 0013816-45.2015.8.16.0182/1 - Curitiba - Rel.: Manuela TallÃ£o Benke - - J. 11.12.2015) (TJ-PR - ED: 001381645201581601821 PR 0013816-45.2015.8.16.0182/1 (Acórdão), Relator: Manuela TallÃ£o Benke, Data de Julgamento: 11/12/2015, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 18/12/2015)*

*JUIZADOS ESPECIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.* ***SENTENÇA QUE NÃO CONDENA EM VALOR PECUNIÁRIO. CONDENAÇÃO DA RECORRENTE VENCIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO DO VÍCIO PARA AJUSTAR A SUCUMBÊNCIA AO VALOR DA CAUSA.*** *EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS. 1. Os embargos de declaração possuem caráter integrativo e seu cabimento, mesmo quando interpostos com o propósito de prequestionamento, pressupõe a existência de algum dos vícios contemplados no art. 48 da Lei 9.099/95, sendo no presente caso cotejados para sanar a contradição quanto à condenação da recorrente em honorários advocatícios. 2. Na forma do art. 55 da Lei 9.099/1995,* ***A recorrente vencida foi condenada ao pagamento de custas e de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. Ocorre que na sentença não houve condenação ao pagamento de valor pecuniário, mas tão somente houve a extinção do processo sem resolução de mérito, deixando de atribuir qualquer obrigação de pagar. 3. Verifica-se, portanto, contradição no acórdão quanto ao pagamento de honorários de sucumbência, caso em que acolho os presentes embargos de declaração apenas determinar que a recorrente, vencida, pague os honorários de advogado fixados em 10% sobre o valor da causa devidamente corrigido,*** *conforme disposição do art. 55, caput, da Lei 9.099/95. 4. Embargos de declaração CONHECIDOS e PROVIDOS apenas para corrigir o parâmetro da condenação referente ao pagamento de honorários advocatícios. 5. Acórdão lavrado na forma do art. 46 da Lei n. 9.099/95.(****TJ-DF*** *- EDJ1: 20140110948239, Relator: ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO, Data de Julgamento: 21/07/2015, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 01/09/2015 . Pág.: 525)*

Respeitadas as atribuições de ingresso da ação, com a inicial e acompanhamento processual, **deve-se atentar ao fato de não ter o mesmo ingressado com recurso, o que, desde já, afasta honorários contando-se proveito econômico.**

Frente ao tema, visando evitar honorários exorbitantes, o artigo 85, parágrafo 2º e 11º do CPC, disciplina que:

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

**§ 2o Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

**I -** **o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV -** **o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço**

Portanto, Nobre Julgador, conforme se vê no presente caso, os honorários sucumbenciais **devem ser fixados pelo MM Juízo** levando-se em consideração o exposto acima**, tomando-se por fundamento os critérios da razoabilidade e proporcionalidade.**

Desta feita, considerando o esposado, a Operadora pede e espera que seja sanada a omissão para que passe a constar que os **honorários incidam sobre o valor da condenação em danos morais**, conforme apontado acima.

**IV|** DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer o recebimento dos presentes Embargos de Declaração, para:

1. **Suprir a omissão acima apontada,** **para que sejam os Embargos de Declaração CONHECIDOS e a eles seja dado PROVIMENTO, para determinar que os honorários incidam sobre o dano moral.**

Reitera ainda que todas as intimações e habilitação seja realizada EXCLUSIVAMENTE em nome dos patronos **«$ADVOGADO$»,** devidamente inscrito na **«$OAB$»**, sob pena de nulidade, conforme regra estampada no art. 272, §5º, do Código de Processo Civil..

Nestes termos, pede deferimento.

«$CIDADE$»/«$UF$», «$DATACRIACAO$».

**«$ADVOGADO$»**

**«$OAB$»**